



ACÓRDÃO Nº 607/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11394/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Advogado:** Não Possui.
- 4- **Órgão:** Instituto Municipal de Trânsito e Transporte de Iranduba – IMTTI.
- 5- **Exercício:** 2015.
- 6- **Responsável:** Srs. João Máximo Pereira de Castro e Armstrong Padilha de Souza – Ordenadores de Despesas.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2816/2017-MP-EMFA, da Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas (fls.536/540).
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Instituto Municipal de Trânsito e Transporte de Iranduba - IMTTI. Exercício de 2015.

Irregularidade. Multa. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, em **consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar Irregular** a Prestação de Contas do Instituto Municipal de Trânsito e Transporte de Iranduba – IMTTI, exercício de 2015, sob a responsabilidade do Sr. Armstrong Padilha de Souza, diretor e ordenador de despesas entre 01.01.2015 a 10.11.2015 e Sr. João Máximo Pereira de Castro, diretor e ordenador de despesas entre 11.11.2015 a 31.12.2015, nos termos do inciso II do art. 1º e das alíneas “b” do inciso III do art. 22, todos da Lei estadual nº 2.423/96, em decorrência de atos praticados com grave infração às normas legais, conforme as irregularidades elencadas nas Notificações nº 227 e 04/2016;
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Armstrong Padilha de Souza** no valor de R\$ 8.768,25 (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), nos termos do inciso VI do art. 308 da Resolução nº 4/2002 (RITCE/AM), em decorrência de atos praticados com grave infração às normas legais (irregularidades nº 01, 02, 03, 04, 06, 08, 09, 12, 13 e 14 da Notificação nº 227/2016); Devem ser recolhidos na esfera Estadual



ACÓRDÃO Nº 607/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

para o órgão Encargos Gerais do Estado – SEFAZ. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;

10.3. Aplicar Multa ao Sr. João Máximo Pereira de Castro no valor de R\$ 8.768,25 (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), nos termos do inciso VI do art. 308 da Resolução nº 4/2002 (RITCE/AM), em decorrência de atos praticados com grave infração às normas legais (irregularidades nº 01, 02, 03, 04, 06, 08 e 09 da Notificação nº 004/2016); Devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado – SEFAZ. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;

10.4. Determinar ao Instituto Municipal de Trânsito e Transporte de Iranduba – IMTTI, nos termos do §2º do art. 188 do Regimento Interno/TCE-AM:

10.4.1. Providencie com urgência a apuração e atualização do registro dos inadimplentes na Dívida Ativa;

10.4.2. Adote as medidas necessárias para a realização de concurso público, nos termos do inciso II do art. 37 da CF/88, bem como tome iniciativa de projeto de lei para a criação de cargos do quadro de pessoal do Órgão;

10.4.3. Faça cumprir o estabelecido no art. 26, da Lei 8.666/93, no que concerne a ratificação e publicação do Ato de Dispensa pela autoridade superior, bem como os incisos II e III do parágrafo único do mesmo artigo, além do art. 29, quanto à documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista;

10.4.4. Melhore o controle de ponto, de modo a comprovar a efetiva prestação de serviço por parte dos servidores;

10.4.5. Efetue um trabalho de fiscalização mais eficiente quanto à segurança no trânsito naquela municipalidade.

10.4.6. Anexe os devidos laudos que indiquem e comprovem a necessidade do pagamento da adicional insalubridade ao servidor Sr. Nonato Borges Gaio, conforme orienta a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT nos artigos 189 a 197. Além disso, e a Norma Regulamentadora NR-15;

10.4.7. Observe, por último, que a reincidência, nas próximas



ACÓRDÃO Nº 607/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Prestações de Contas, das determinações ora veiculadas acarretará o julgamento da Irregularidade da respectiva Conta, conforme prevê a alínea “e” do inciso III do parágrafo 1º do art. 188 do Regimento Interno/TCE-AM.

11- Ata: 18ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 8 de Junho de 2017.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Josué Cláudio de Souza Filho, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

ALIPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral